



MUNICÍPIO DE
UISEU

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

EDITAL

CONCEIÇÃO AZEVEDO, VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU:-----

Notifico por este meio, em virtude da impossibilidade de notificação pessoal no âmbito do processo 09-469-2005, o Senhor **Pedro Alberto Paraíso de Almeida**, com último domicílio conhecido em Rua Alexandre Herculano Edifício Paulo VI 2º-A Viseu da Freguesia de Viseu, e tal como dispõe a alínea b) do n.º3 do artigo 112.º do Decreto-lei n.º4/2015, de 07/01, que relativamente às obras de ampliação de um pavilhão de adega sem o devido alvará de licença de construção para realização da operação urbanística a que respeita o processo administrativo já referido, foi proferido despacho de ordem de demolição.-----

O despacho da ordem de demolição foi exarado em 16-07-2018, com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação dos Serviços Técnicos da Divisão da Gestão Urbana, do DDEOT - n.º 408 de 24-05-2018.-----

Mostrando-se efetuado o procedimento de audiência prévia, pelo Edital datado de 12-10-2017, afixado nos devidos locais, e constatando-se que se mantêm inalteráveis os motivos de facto e de direito que estiveram na base do despacho de intenção, ao abrigo da competência que me confere a alínea k) do n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **NOTIFICO**, agora, V.Exª da **ordem de demolição da ampliação do pavilhão de adega**, vertida no despacho de 16-07-2018 e seu cumprimento no prazo de 60 dias.-----

Decorrido o prazo concedido sem que a ordem de demolição da obra seja cumprida, o presidente da câmara, em cumprimento do n.º4 do art.º 106º do Decreto-Lei n.º 555/99, na sua atual redação, determinará a execução destes trabalhos, com recurso às disposições dos art.º 107º e 108º do mesmo normativo, designadamente através do procedimento de posse administrativa do imóvel e do procedimento de imputação das despesas realizadas com a execução coerciva.-----

Mais fica notificado que, o incumprimento à ordem de demolição da obra, ora notificada, constitui-se em desrespeito do correspondente ato administrativo, designadamente em crime de desobediência, nos termos do art.º 348º do Código Penal, pelo que se procederá à devida comunicação ao Ministério Público.-----

Para constar, se publica o presente, e outros de igual teor que vão ser afixados na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia de Viseu e no último domicílio do visado.-----

Viseu, 20 de dezembro de 2018

A VEREADORA


Conceição Azevedo